



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANÃ
PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO N.º 001/2018, DE 20 DE MARÇO DE 2018.

Dispõe sobre o procedimento do julgamento das contas anuais de governo, de responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Maracanã, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo decidiu e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Esta Resolução normatiza o procedimento do julgamento das contas anuais de governo, de responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal, após emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 2º O processo de julgamento das contas anuais de governo, de responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal, realizar-se-á da seguinte forma:

I – Recebido processo do Tribunal de Contas do Estado, a Mesa Diretora, independente da leitura do parecer em Plenário mandará publicar a ementa em órgão de imprensa oficial do Município, distribuindo cópia do parecer aos vereadores e encaminhará o processo à Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação, no prazo de 3 (três) dias;

II – A Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação, no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento do processo, apreciará o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

III – Recebido o processo, o Presidente da Comissão, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, notificará o responsável pelas contas, à época, para apresentar defesa técnica junto à Comissão, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência do interessado, devendo nesta ocasião juntar toda a documentação necessária à sua defesa, bem como, se for o caso, apresentar rol de testemunhas (no máximo três), cuja qualificação e endereço lhe cabe referir. Não sendo localizado, o interessado será notificado por edital junto ao órgão de imprensa oficial do Município;

IV – Enquanto tramitar junto à Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação o processo ficará disponível na Secretaria da Câmara de Vereadores de Maracanã, à disposição dos interessados, durante o horário de expediente, para as análises e estudos necessários, bem como extração de cópias, às expensas do interessado;

V – A Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação apreciará o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará mediante apresentação de parecer sobre as contas, obedecidos aos seguintes procedimentos:

a) Findo o prazo para a apresentação da defesa prevista no inciso III do art. 2º desta Resolução, o Presidente da Comissão remeterá imediatamente o processo para o Relator da Comissão exarar seu parecer, independente da apresentação de defesa;

b) O Relator terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para emitir o seu parecer. Expirado o prazo sem que tenha sido emitido o parecer, o Presidente da Comissão designará outro membro para que o faça, dentro de 5 (cinco) dias;

c) Caso o membro designado pelo Presidente da Comissão igualmente não exarar o seu parecer, o Presidente da Comissão encaminhará o processo à Mesa Diretora sem o parecer da Comissão para deliberação do Plenário da Casa, que deliberará somente com o parecer emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

1/3



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANÃ
PODER LEGISLATIVO

Art. 3º Recebido o processo, com ou sem parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação, o Presidente da Câmara determinará a notificação do responsável pelas contas sobre o parecer da Comissão, ou não tendo este sido emitido sobre o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que irá a deliberação do Plenário mediante Projeto de Decreto-Legislativo proposto pela Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação.

§1º O Projeto de Decreto-Legislativo objeto de deliberação do Plenário disporá sobre a aprovação ou rejeição do parecer do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

§2º O responsável pelas contas será notificado previamente do dia e horário do julgamento das contas, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§3º O julgamento das contas poderá ser realizado em Sessão Ordinária do Legislativo ou, a critério da Mesa Diretora, em Sessão Extraordinária, convocada exclusivamente para essa finalidade.

§4º Caso o julgamento das contas seja realizado em Sessão Ordinária, a Mesa Diretora Reservará a Ordem do Dia para deliberação exclusiva das contas.

§5º Em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, na sessão de julgamento das contas, poderá o notificado apresentar defesa oral ou mediante procurador (advogado) constituído nos autos, pelo tempo máximo de 20 (vinte) minutos.

§6º Aberta a sessão de julgamento, o Presidente da Câmara de Vereadores solicitará a leitura do parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação ou, se for o caso, do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará objeto da deliberação. Após, serão ouvidas as testemunhas previamente arroladas, que poderão ser inquiridas pelos Vereadores presentes à Sessão.

§7º Realizada a leitura e ouvidas as testemunhas, o Presidente da Câmara de Vereadores facultará ao responsável pelas contas ou seu procurador, se estiver presente na Sessão, o uso da palavra nos termos do §5º deste artigo.

§8º Após a apresentação da defesa, o Presidente da Câmara de Vereadores facultará aos vereadores presentes na Sessão o uso da palavra para manifestação pelo tempo máximo e improrrogável de 5 (cinco) minutos para cada vereador.

§9º Encerrados os pronunciamentos dos vereadores, o Presidente da Câmara de Vereadores facultará ao responsável pelas contas ou seu procurador o tempo de 10 (dez) minutos para manifestação final, que só ocorrerá se houver manifestação de algum vereador.

§10 Encerrados os pronunciamentos o Presidente da Câmara de Vereadores colocará em votação o Projeto de Decreto-Legislativo sobre a aprovação ou rejeição das contas.

§11 O Voto será aberto nominal, onde cada vereador expressará em voz alta se aprova ou rejeita as contas.

§12 Encerrada a votação, o Presidente da Câmara de Vereadores proclamará o resultado da votação, declarando aprovadas ou rejeitas as contas.

§13 Da Sessão de Julgamento será lavrada uma ata que deverá ser assinada pelos Vereadores presentes à Sessão.

Art. 4º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 5º Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará sem que haja deliberação da Câmara de Vereadores, o parecer prévio suscitado será colocado para votação em caráter de urgência, tendo preferência sobre qualquer outra matéria.



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANÃ
PODER LEGISLATIVO

Art. 6º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Legislativo “Plenário Guilherme de Cristo”, Maracanã, 20 de março de 2018.

José Augusto da Silva Casseb
Presidente da Câmara Municipal de Maracanã

Nathália Ferreira d'Oliveira
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Maracanã

José Maria Pinheiro Teixeira
1º Secretário da Câmara Municipal de Maracanã

José Augusto Almeida dos Santos
2º Secretário da Câmara Municipal de Maracanã